

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO JEQUITIBÁ

**ALTO JEQUITIBÁ
JANEIRO DE 2015**

Prefeito Municipal	
NOME	CPF
Daniel Guimarães Sathler	455.091.406-82

Integrantes do Controle Interno Decreto Nº 1284/2013		
Nome	C.P.F	Período
Márcia Maria Quirino Correa	914.774.766-87	01/01/2014 a 31/12/2014
Sandra Helena Sathler	045.766.496-71	01/01/2014 a 31/12/2014
Marcelo Rosa Nazareth Caetano	053.868.426-76	01/01/2014 a 31/12/2014

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

17. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social.

18 - Cumprimento por Parte dos Representantes dos Órgãos e Entidades nos Termos do Parágrafo Único do Art. 4º e Caput do Art. 5º da Instrução Normativa nº. 10 de 14 de Dezembro de 2011.

19. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa **003/2014** do TCE/MG, ao art. XVI da Lei Municipal nº 874 DE 23 de fevereiro de 2007, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do EXERCÍCIO DE 2014.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2014 deixou evidenciada mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o exercício de 2014, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também consideramos a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual não se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, insuficiente para realizar todos os programas e ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas e ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF e demais legislações.

3.1. Cumprimento das Metas Previstas no PPA, Lei Orçamentária e Prioridades na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Quadro 1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E DEFINIDAS COM PRIORITÁRIAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2014							
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	REALIZAÇÃO				VALOR		
	SIM	NÃO	PARCIAL	PRIORIDADES LDO	PREVISTO NO PPA	PREVISTO NA LOA (R\$)	REALIZADO
0.001 – Manut. Convenio C/Defensoria Publica		x			4.000,00	4.000,00	0,00

0.002 – Manutenção de Sentenças Judiciais e Precatórios		X			3.735,20	3.735,20	
0.003 – Contribuição Associação Mineira de Municípios	X				6.720,00	6.720,00	6.720,00
0.004 – Manutenção Convênio C/Polícia Militar			X		24.895,54	24.895,54	13.809,44
0.005 – Manutenção de Convênio com a Polícia Civil			X		3.800,00	3.800,00	3.200,00
0.006 – Manutenção Folha de Pagamento de Inativos			X	X	247.703,97	247.703,97	208.688,39
0.007 – Manutenção da Folha de Pagamento de Pensionistas			X	X	87.009,03	87.009,03	78.192,00
0.008 – Contribuição PASEP			X	X	143.637,00	143.637,00	128.918,55
0.009 – Amortização de Dívida	X			X	199.476,37	199.476,37	200.077,03
0.010 – Manutenção de Convenios C/Justiça Eleitoral.		X			3.200,00	3.200,00	0,00
0.011 – Subvenção a APAE Escolar	X				28.428,46	28.428,46	28.428,06
0.012 – Amortização De Dívida Contratada P/Aquisição Veículo P/Ensino	X			X	71.092,81	71.092,81	78.998,47
0.013 – Cont. Agencia Des. Reg. Circuito Tur. Pico da Bandeira	X				5.400,00	5.400,00	5.400,00
0.014 – Subvenção a Banda de Musica 26 de Abril		X			12.708,51	12.708,51	0,00
0.016 – Concessão Auxilio Financeiro P/Tratamento Fora Do Domicilio			X		19.320,00	19.230,00	7.290,00
0.015 – Concessão Sexta Basica Fam. Baixa Renda.			X		4.574,48	4.574,48	4.222,39
0.017 – Manut. Convenios Correios e Telegrafos.			X		8.681,36	8.681,36	1.564,80
0.018 – Contribuição ao Fundo Estadual de Saúde	X				15.106,92	15.106,92	15.106,92
0.019 – Contribuição a União Nac. Dirigentes Mun. Educação		X			500,00	500,00	0,00
0.020 – Contribuição EMATER	X				56.981,65	56.981,65	58.330,14
0.021 – Manutenção Contrato Rateio Cis-Verde			X		20.800,00	20.800,00	19.800,00
0.022 – Subvenção a Assoc. Grupo da 3ª. Idade Alto Jequitibá			X		43.200,00	43.200,00	36.000,00
0.023 – Contribuição ao Coleg. G.Mineiros A. Social-COEMAS		X			500,00	500,00	0,00
0.024 – Subvenção a Guarda Mirim de Manhumirim			X		42.123,22	42.123,22	10.630,70
0.025 – Concessão Bolsa Estudos P/ Universitários		X			10.000,00	10.000,00	0,00
0.026 – Contrib. Colegiado Sec Mun. Saúde (COSEMS)		X			500,00	500,00	0,00
1.001 – Aquisição Moveis, Veículo e Equip. P/Gab. Prefeito.		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.002 – Aquisição De Veiculo P/Transporte Escolar - Dr	X				20.000,00	20.000,00	652.060,00
1.003 – Aquisição Moveis, Veic. E Equip. P/ Ensino Fund. Dr.	X				10.980,04	10.980,04	19.895,00

1.004 – Aquisição Móveis. Veículos e Equip. P/Sec. Municipal de Administração			X		30.500,00	30.500,00	6.989,48
1.005 – Const. Amp. E Ref. Esc. Ens. Fund. Dr.		N			10.000,00	10.000,00	0,00
1.006 – Const. Amp. E Reforma do Paço Municipal		X			40.000,00	40.000,00	0,00
1.007 – Aquisição Móveis, Veículo E Equip. Sec. Municipal de Obras		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.008 – Contr. Ampliação e Reforma do Almoarifado		X			15.000,10	15.000,10	0,00
1.009 – Const. Amp. E Ref. Praças, Parques e Jardins		X			5.000,00	5.000,00	0,00
1.010 – Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas e Anexos	X				151.980,52	151.980,52	604.127,35
1.011 – Const. Estação Tratamento Esgoto Sanitário.	X				100.000,00	100.000,00	159.735,00
1.012 – Const. De Poços Artesianos e Rede Dist. Água		X			25.000,00	25.000,00	0,00
1.013 – Aquisição Moveis e Equip. P/Sinal de TV					2.000,00	2.000,00	
1.014 – Extensão e Reforma da Rede Elétrica Urbana		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.015 – Const. Muros De Arrimo E Calçadas.			X		10.000,00	10.000,00	3.900,00
1.016 – Pav. Casc. E Abertura Estradas Vicinais e Anexos		X		X	85.000,00	85.000,00	0,00
1.017 – Contr. Amp. Ref. Pontes, Bueiros, M.Burros e Anexos.			X		30.000,00	30.000,00	3.782,00
1.018 – Aquis. Veículo e Maq. Pesadas P/Estradas Vicinais		X			110.000,00	110.000,00	0,00
1.019 – Construção de Paradas de Ônibus		X			104.500,00	104.500,00	0,00
1.020 – Aquisição de Imóvel P/Construção Sec. Educação		X			30.000,00	30.000,00	0,00
1.021 – Aquisição Moveis, Veic E Equip. FMCA.			X		2.000,00	2.000,00	1.799,00
1.022 – Aquisição Móveis, Veículo e Equip. P/Secr. Educação			X		10.000,00	10.000,00	3.755,70
1.023 – Const. Amp. E Reforma de Creches Educacionais		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.024 – Aquisição Móveis, Veículos E equip. Para Ensino Infantil		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.025 – Const. Amp. E Reforma Escolas Ensino Fund. E Anexos.		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.026 – Aquis. Móveis, Veículo e Equip. P/Ensino Fundamental			X		20.000,00	20.000,00	3.105,00
1.027 – Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.028 – Aquis. de Móveis e Equipamentos p/a Cultura		X			2.000,00	2.000,00	0,00
1.029 – Aquis. Moveis Veic. Equip. P/Serv. Assist. Social.			X		3.000,00	3.000,00	1.685,59
1.030 – Construção da Biblioteca Publica Municipal		X			80.000,00	80.000,00	0,000

1.031 – Aquis. Móveis, Veículo. Equip. p/ Sec. M.C.E.L. Tur.		X			100.000,00	100.000,00	0,00
1.032 – Aquisição, Móveis, Veículos e Equip. para o Esporte		X			50.000,00	50.000,00	0,00
1.033 – Aquis. Mov. Veic e Equip. Sec. Mun. Assist. Social.			X		2.000,00	2.000,00	56,20
1.034 – Const. Amp. E Reforma de Quadras Poliesportivas e Anexos					50.000,00	50.000,00	0,00
1.035 – Aquisição Móveis, Veículo e Equip. P/sec. Municipal de Saúde			X		2.000,00	2.000,00	247,40
1.036 – Aquisição Móveis, Veíc. E Equip. Para Serviço de Saúde	X				60.000,00	60.000,00	391.004,18
1.037 – Cont. Amp. Reforma de Posto de Saúde		X			90.000,00	90.000,00	0,00
1.038 – Aquis. Maq. Veic. E Imp. P/Agricultura.	X				20.000,00	20.000,00	255.700,00
1.039 – Aquis. Móveis e Equip. P/Vigilância Sanitária		X			1.500,00	1.500,00	0,00
1.040 – Aquisição Móveis, Veículos e Equip. para Epidemiologia	X				2.000,00	2.000,00	9.162,58
1.041 – Const. E Reforma de Rede de Esgoto Sanitário		X			20.000,00	20.000,00	0,00
1.042 – Construção e Ampliação da Rede Pluvial			X		20.000,00	20.000,00	3.515,00
1.043 – Aquis. Móveis, Veículos e Equip. P/Sec. Munic. M.A.AG.		X			2.000,00	2.000,00	0,000
1.044 – Drenagem e Desobstrução de Rios e Córregos		X			10.000,00	10.000,00	0,00
1.045 – Aquisição Maq. Veículos Equip. e Imp. Para Agricultura	X				10.000,00	10.000,00	194.215,18
1.046 – Reforma E Restauração Imóveis do Pat. Cultural.	X				20.000,00	20.000,00	24.574,00
1.047 – Aquisição Móveis, Veículos e Equipamentos para Sec. Munic. de Assist. Social	X				10.000,00	10.000,00	10.749,00
1.049 – Aquisição de Imóvel P/Const. Quadra Esportiva.		X			30.000,00	30.000,00	0,00
1.050 – Aquis. Móveis, Veículos e Equipamentos para o FMAS			X		10.000,00	10,00,00	1.799,00
1.051 – Aquisição Moveis E Equip. Creche Municipal - DR			X		100.000,00	100.000,00	95.495,82
1.056 – Aquis. Imóvel P/Construção Campo de Futebol e Quadras Poliesportivas.		X			70.607,00	70.607,00	0,00
2.001 – Subsídio do Prefeito	X			X	140.400,00	140.400,00	140.400,00
2.002 – Subsídio do Vice - Prefeito	X			X	46.800,00	46.800,00	46.800,00
2.003 – Folha de Pagamento do Chefe de Gabinete		X		X	37.200,00	37.200,00	0,00
2.004 – Manutenção das Ativ. do Gabinete do Prefeito			X	X	71.190,64	71.190,64	65.111,68
2.005 – Manutenção de Despesas C/Propaganda e Publicidade	X			X	31.673,50	31.673,50	32.411,00

2.006 – Recolhimento Obrig. Pat. do Gab. Do Prefeito			X	X	55.514,32	55.514,32	38.545,50
2.007 – Manutenção das Atividades do Controle Interno			X	X	35.480,08	35.480,08	31.113,52
2.008 – Manutenção Atividades da Procuradoria Municipal			X	X	105.139,63	105.139,63	90.656,27
2.009 – Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Administração.	X			X	215.328,22	215.328,22	237.687,70
2.010 – Subsídio do Secretário Municipal de Administração	X			X	37.200,00	37.200,00	37.200,00
2.011 – Recepções, Homenagens, Comemorações e Premiações			X		3.500,00	3.500,00	1.570,78
2.012 – Subsídio do Secretário de Fazenda	X			X	37.200,00	37.200,00	37.200,00
2.013 – Recolhimento Obrig. Pat. Sec. Municipal de Administração			X	X	53.256,80	53.256,80	51.818,74
2.014 – Manutenção Ativ. Da Sec. Municipal de Fazenda			X	X	63.948,51	63.948,51	41.024,38
2.015 – Manutenção dos Serviços de Contabilidade	X			X	157.112,26	157.112,26	227.159,59
2.016 – Manutenção dos Serviços de Tributação	X			X	23.853,46	23.853,46	43.647,85
2.017 – Recolhimento Obrig. Pat. Sec. Municipal de Fazenda			X	X	29.208,35	29.208,35	25.978,80
2.018 – Manutenção dos Serviços de Pessoal			X	X	36.109,58	36.109,58	35.330,83
2.019 – Subsídio do Secretário Municipal de Obras	X			X	37.200,00	37.200,00	37.200,00
2.020 – Manutenção Das Atividades da Sec. Municipal de Obras	X			X	616.399,05	616.399,05	803.432,46
2.021 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública			X	X	237.310,25	237.310,25	224.921,02
2.022 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água		X			1.500,00	1.500,00	0,00
2.023 – Manutenção do Sinal da Torre de Transmissão de TV			X	X	20.136,88	20.136,88	18.949,69
2.024 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública			X	X	165.200,74	165.200,74	138.769,00
2.025 Manutenção dos Serviços das Estradas Vicinais			X	X	783.180,08	783.180,08	347.590,53
2.026 – Manutenção Ativ. da Secretaria Municipal de Educação			X	X	150.655,49	150.655,49	139.411,23
2.027 – Subsídio do secretário Municipal de Educação			X	X	45.384,00	45.384,00	43.966,68
2.028 – Manutenção das Atividades do ensino Infantil	X			X	12.297,78	12.297,78	22.627,12
2.029 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	X			X	425.920,25	425.920,25	520.115,39
2.030 – Manutenção Ativ. do Transportes Escolar Ensino Fundamental			X	X	256.326,46	256.326,46	213.762,62
2.031 – Manutenção do Transporte Escolar p/ Ensino Médio	X				38.207,67	38.207,67	110.376,64

2.032 – Manutenção Transporte Escolar do Ensino Superior		X			3.000,00	3.000,00	0,00
2.033 - Remuneração dos Profissionais Ensino Fundamental			X	X	1.109.292,48	1.109.292,48	1.090.586,32
2.034 - Remuneração Dos Profissionais do Ensino Infantil	X			X	279.029,60	279.029,60	284.504,92
2.035 – Manutenção Das Atividades da Merenda Escolar			X	X	124.061,87	124.061,87	79.687,35
2.036 – Manutenção das Atividades Culturais			X		40.926,30	40.926,30	26.920,13
2.037 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública	X				44.260,56	44.260,56	58.032,83
2.038 – Manutenção de Festas Cívicas e Folclóricas			X		168.383,96	168.383,96	106.549,32
2.039 – Manutenção Ativi. Da Sec. Mun. Cult. Esp. L. E Turismo			X	X	14.306,24	14.306,24	11.271,20
2.040 – Subsídio do Sec. Mun. Cult. Esp. Lazer e Turismo	X			X	37.200,00	37.200,00	37.200,00
2.041 – Manutenção das Atividades Esportivas	X			X	69.505,08	69.505,08	72.631,26
2.042 – Subsídio do Secretário Municipal de Saúde			X	X	45.384,00	45.384,00	44.762,72
2.043 – Manutenção da Secretária Municipal de Saúde	X			X	120.075,51	120.075,51	275.946,38
2.044 – Manut. Ativ. Do Conselho Municipal De Saude.		X		X	2.500,00	2.500,00	0,00
2.045 – manutenção de Evento do Motocross		X			5.000,00	5.000,00	0,00
2.046 – Manutenção das Atividades dos Serviços de Saúde		X		X	1.334.904,50	1.334.904,50	0,00
2.047 – Manutenção das Atividades de Saúde – PAB			X	X	149.450,84	149.450,84	13.797,00
2.048 – Manutenção Atividades do Programa Saúde Família –PSF	X			X	429.521,15	429.521,15	675.776,27
2.049 – Manutenção Atividades do Prog. Saúde Bucal – PSAUBU			X	X	142.595,06	142.595,06	140.779,61
2.050 – Manutenção dos Serviços de Saúde – SES	X			X	38.877,38	38.877,38	74.206,92
2.051 – Manutenção Ativ. DO PROG. Agentes Com. Suade PACS	X			X	306.500,00	306.500,00	315.513,90
2.052 – Manutenção das Atividades de Saúde – SUS	X			X	92.302,87	92.302,87	94.144,51
2.053 – Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária			X		8.409,20	8.409,20	333,96
2.054 – Manutenção dos Serviços de Saúde da Epidemiologia	X			X	40.440,20	40.440,20	117.665,82
2.055 – Manut. Das Ativ. Do Ensino Pre-Escolar Dr.	X			X	20.071,57	20.071,57	48.432,70
2.056 – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente			X	X	8.413,82	8.413,82	6.950,00
2.057 – Subsídio Sec. Mun. de Meio Amb. e Agricultura	X			X	37.200,00	37.200,00	37.200,00

2.058 – Manutenção da Sec. Mun. de M.A. e Agricultura			X	X	63.115,25	63.115,25	26.333,15
2.059 – Manutenção das Atividades da Agricultura		X			2.500,00	2.500,00	0,00
2.060 – Manut. Ativ. da Sec. Mun de Educação -DR	X			X	17.067,10	17.067,10	23.088,85
2.061 – Manutenção das Atividades do Matadouro Municipal	X			X	38.059,88	38.059,88	39.725,05
2.062 – Manutenção Ativ. da Sec. Mun. Assistência Social			X	X	79.737,97	79.737,97	48.318,33
2.063 – Subsídio do Sec. Mun. de Assistência Social			X	X	45.384,00	45.384,00	44.762,72
2.064 – Manutenção Convenio Agencias Bancárias		X			3.160,00	3.160,00	0,00
2.065 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social	X			X	99.375,60	99.375,60	135.029,80
2.066 – Manutenção Ativ. do Fundo Municipal do Idoso		X			13.023,64	13.023,64	0,00
2.067 – Manutenção Ativ. Fundo Mun. da Criança e do Adolescente			X	X	93.088,84	93.088,84	87.080,18
2.068 – Manutenção Ativ. Serviços de Cemitério			X	X	60.053,98	60.053,98	39.440,59
2.069 – Recolhimento Obrig. PT. Proc. Municipal			X		12.469,23	12.469,23	11.358,04
2.070 – Premiação P/Incentivo a Arrecadação Municipal	X				2.000,00	2.000,00	65.983,88
2.071 – Manutenção Atividades do Ensino Especial			N	X	3.200,00	3,200.00	0,00
2.072 – Recolhimento. Obrig. Pat. Sec. Mun. Cult. Esporte Lazer e Turismo			X	X	10.263,78	10.263,78	8.363,14
2.073 – Manutenção Atividades do ensino de Jovens e Adultos			X	X	5.276,72	5.276,72	2.952,01
2.074 – Recolhimento Obrig. Pat. Sec. Municipal de Obras	X			X	205.428,79	205.428,79	241.693,17
2.075 – Manutenção do Fundo Municipal Do Turismo.		X			9.300,00	9.300,00	0,00
2.076 – Manut. Das Ativo Do Ensino Pre-Escolar.		X		X	4.000,00	4.000,00	0,00
2.077 – Recolhimento Obrigações Pat. Sec. Mun. M.A. e Agricultura			X	X	27.737,02	27.737,02	22.000,42
2.078 – Manutenção dos Serviços de Compras e Licitação			X	X	78.223,51	78.223,51	74.605,71
2.079 – Manut. Transp. Escolar Ens. Fund. – Fundeb.			X	X	3.500,00	3.500,00	1.500,85
2.080 – Manutenção Alimentação nas unidades de Saúde			X	X	174.653,74	174.653,74	142.036,67
2.081 – Manutenção das Atividades do Aterro Sanitário	X			X	9.423,24	9.423,24	29.234,94
2.082 – Remun. De Profissionais do Ensino Especial			X	X	46.624,95	46.624,95	37.923,58
2.083 – Remun. Profissionais do Magistério do EJA	X			X	78.231,25	78.231,25	88.832,06

2.084 – Manutenção Serviços Saúde M.Comp.	X			X	84.280,00	84.280,00	106.616,83
2.085 – Manutenção da Farmácia Básica	X			X	77.533,36	77.533,36	74.296,94
2.086 – Concessão Aux. Fin. Aquis. Med. Em Emergência			X		12.943,62	12.943,62	10.740,78
2.087 – Manutenção Ativ. Vigilância Sanitária – R.P.			X	X	4.500,00	4.500,00	353,82
2.088 – Manutenção Das Atividades da Epidemiologia - RP			X	X	141.013,14	141.013,14	36.048,28
2.089 – Aquisição de Merenda Escolar – PNAE			X	X	4.220,00	4.220,00	4.035,17
2.090 – Manutenção Ativ. Ensino Fundamental – SAE		X		X	7.200,00	7.200,00	0,00
2.091 – Manutenção Do Transporte Escolar – PNATE		X		X	8.100,00	8.100,00	0,00
2.092 – Manutenção Atividades do Ensino Fundamental – PDDE	X				4.000,00	4.000,00	27.013,85
2.093 – Manutenção Do Transporte Escolar – REC. PETE			X	X	360.161,29	360.161,29	205.882,94
2.094 – Manutenção Ativ. Secretaria Mun. De Educação - FUNDEB		X		X	4.700,00	4.700,00	0,00
2.095 – Manut. Ativ. Do Ensino Fundamental – Fundeb.			X	X	144.525,33	144.525,33	99.972,14
2.096 – Manutenção Ativ. Do Ensino Fundamental FUNDEB			X		19.900,00	19.900,00	5.284,63
3.001- Aquisição de Imóvel P/Construção Sede Legislativo		X			54.539,27	54.539,27	0,00
3.002 – Const. Amp. e/ou Reforma da Sede do Legislativo	X				70.000,00	70.000,00	155.635,43
3.003 – Aquis. Moveis, Veículo e Equip. P/Sec. da Câmara			X		40.000,00	40.000,00	948,90
4.001 – Subsídios dos Agentes Políticos			X		280.000,00	280.000,00	262.211,04
4.002 – Manutenção Atividade do Gabinete da Presidência			X		70.000,00	70.000,00	54.377,93
4.003 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Câmara			X		140.000,00	140.000,00	138.951,49
4.004 – Manutenção Atividades de Contabilidade e Tesouraria			X		45.500,00	45.500,00	34.732,27
4.005 – Manutenção de Despesas Com. Prop. e Publicidade			X		6.000,00	6.000,00	612,00
4.006 – Recepções, Homenagens e Comemorações		X			10.500,00	10.500,00	0,00
4.007 – Recolhimento de Obrigações Patronais da Câmara			X		90.000,00	90.000,00	79.794,07
9.999 - Reserva de Contingência		X			257.274,00	257.274,00	0,00
TOTAL GERAL					14.363.699,87	14.363.699,87	15.283.112,76

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do EXERCÍCIO DE 2014, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

Quadro 2

AValiação das Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário Estabelecidas Exercício de 2014		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDA	REALIZADA
Receita Total	14.363.699,87	15.517.068,87
(-) Aplicações Financeiras	73.319,27	91.514,41
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0,00	78.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	14.290.380,60	15.347.554,46
Despesa Total	14.363.699,87	15.283.112,76
(-) Juros e Encargos da Dívida	13.131,95	8.589,30
(-) Amortização da Dívida	257.437,23	270.486,20
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	14.093.130,69	15.004.037,26
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	197.249,91	343.517,20

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

As metas de resultado primário foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujos valores encontram-se de igual teor nos modelos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A LDO estabeleceu o valor de **R\$ 197.249,91** (cento e noventa e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos) como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do EXERCÍCIO DE 2014. Ao final do exercício o resultado foi apurado em **R\$ 343.517,20** (trezentos e quarenta e três mil reais e quinhentos e dezessete reais e vinte centavos) demonstrando que a meta de resultado primário foi cumprida no exercício de 2014.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação da meta de Resultado Nominal do EXERCÍCIO DE 2014, estabelecida na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

Quadro 3

AVALIAÇÃO DA META DE RESULTADO NOMINAL ESTABELECIDA EXERCÍCIO DE 2014			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2013	Previsão para 2014	Realizado em 2014
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental)	1.264.897,32	1.117.046,68	1.334.603,01
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	1.264.897,32	1.117.046,68	1.334.603,01
(-) Total do Ativo Financeiro	1.553.232,36	1.749.542,46	1.572.724,33
(+) Restos a Pagar Processados	2.473.463,38	2.227.908,83	2.242.625,51
= Dívida Consolidada Líquida	1.264.897,32	1.117.046,68	1.334.603,01
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	1.264.897,32	1.117.046,68	1.334.603,01
RESULTADO NOMINAL		-106.057,09	69.705,69

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

As metas de resultado nominal foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, estando idênticos ao que determina aos modelos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado ao final do exercício, verificamos que as mesmas não foram cumpridas atingindo o montante de **R\$ 69.705,69** (sessenta e nove mil e setecentos e cinco reais e sessenta e nove centavos) devido a inscrição de precatório no exercício de 2014 para ser pago nos exercícios seguintes.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2014, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01, alterada pelas Portarias 325/01 e 519/01, nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda nºs 180/01, 211/01, 212/01, 326/01, 327/01 e 328/01, 589/01 e 219/04 e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal nº 1.083 de 20 de dezembro de 2013**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em **R\$ 14.363.699,87** (quatorze milhões e trezentos e sessenta e três mil e seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2014			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	14.888.543,51	Despesas Correntes	12.111.158,71
Receitas de Capital	1.500.000,00	Despesas de Capital	1.995.267,16
Deduções para o FUNDEF	-2.024.843,64		
SOMA	14.363.699,87	SOMA	14.106.425,87
Recurso Consignado no Orçamento	0,00	Reserva de Contingência	257.274,00
TOTAL	14.363.699,87	TOTAL	14.363.699,87

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2014.

Nestes aspectos a programação financeira da Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Informações do setor de pessoal dos órgãos;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara.
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuamos a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o exercício realizamos o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazíamos todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2014							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	14.588.543,51	15.512.967,02	624.423,51	Créditos Orçamentários e Suplementares	15.226.108,39	15.068.882,76	-157.225,63
Receitas de Capital	1.500.000,00	2.063.769,57	563.769,57	Créditos Especiais	288.741,56	214.230,00	-74.511,56
Deduções para o FUNDEF	-2.024.843,64	-2.059.667,72	-34.824,08	Créditos Extraordinários			
Soma	14.363.699,87	15.517.068,87	1.153.369,00	Soma	15.514.849,95	15.283.112,76	-231.737,19
Déficit	1.151.150,08	0,00	-1.151.150,08	Superávit	0,00	233.956,11	233.956,11
Total	15.514.849,95	15.517.068,87	2.218,92	Total	15.514.849,95	15.517.068,87	2.218,92

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

O valor da receita orçada para o exercício de 2014 foi de **R\$ 14.363.699,87** (quatorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais, oitenta e sete centavos) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de **R\$ 15.517.068,87** (quinze milhões, quinhentos e dezessete mil, sessenta e oito reais, oitenta e sete centavos) ocorrendo um superávit na arrecadação de **R\$ 1.153.369,00** (um milhão, cento e cinquenta e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais) representando um crescimento de **8,03%** (oito vírgula zero três por cento por cento) sobre o valor orçada.

O superávit apresentado na coluna execução das receitas demonstram que as contas do Município de Alto Jequitibá se encontram equilibradas cumprindo ao que determina a Lei Complementar 101/00.

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária para o exercício de 2014 foram de **R\$ 11.514.959,90** (onze milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e nove reais, noventa centavos) e o valor efetivamente realizado foi de **R\$ 7.085.723,07** (sete milhões, oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais, sete centavos) representando **65,33%** (sessenta e cinco vírgula trinta e três por cento)

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2014	
Lei Orcamentária de 2014	
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orcamentária	80%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orcamentária	11.490.959,89
(+) Valor dos Créditos Especiais Autorizados por Leis Específicas	502.633,90
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	11.993.593,79
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	7.736.366,97
(=) Diferença não utilizada para suplementações	4.260.226,82

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

4.4.2. Créditos especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados, os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/64, do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Foram abertos créditos adicionais especiais no valor de **R\$ 502.633,90** (quinhentos e dois mil, seiscentos e trinta e três reais, noventa centavos) autorizados pelas Leis Municipais nº. 1.091 de 04 de abril de 2014, 1.092 de 04 de abril de 2014, 1.102 de 26 de maio de 2014, 1.103 de 26 de maio de 2014, 1.105 de 26 de maio, 1.106 de 26 de maio de 2014, 1.108 de 10 de setembro de 2014 e 1.110 de 29 de outubro de 2014, sendo que o efetivamente utilizado foi de **R\$ 288.741,56** (duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais, cinquenta e seis centavos) e o valor executado foi de **R\$ 214.230,00** (duzentos e quatorze mil, duzentos e trinta reais).

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2014	
Total dos Créditos Especiais Autorizados em Leis Específicas	502.633,90
(-) Total dos Créditos Especiais realizados no Exercício	214.230,00
(=) Diferença não utilizada no exercício de 2014	288.403,90

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

4.4.3. Créditos extraordinários

Não houve abertura dos créditos extraordinários no exercício de 2014.

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Excesso de Arrecadação do Exercício 2014	
Previsão da arrecadação para o exercício de 2014	14.363.699,87
Receita arrecadada no exercício de 2014	15.517.068,87
Excesso de arrecadação ocorrida no exercício de 2015	1.153.369,00
Valor utilizado para suplementações de dotações	1.151.150,08

O Excesso de arrecadação ocorrido no exercício de 2014 foi de **R\$ 1.153.369,00** (um milhão, cento e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais), sendo que o valor efetivamente utilizado para suplementação de dotações orçamentárias foi de **R\$ 1.151.150,08** (um milhão, cento e cinquenta e um mil, cento e cinquenta reais, oito centavos).

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais utilizando superávit financeiro no exercício de 2014.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos especiais e suplementares utilizando recursos operações de crédito no exercício de 2014.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

Quadro 08

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	10.956.484,88	85,44%	12.171.166,76	11,09	94,54%	13.453.299,30	10,53%	86,70%
Receitas de Capital	1.866.841,00	14,56%	702.358,23	(62,38%)	5,46%	2.063.769,57	193,83%	13,30%
TOTAL	12.823.325,88	100,00%	12.873.524,99	0,39%	100,00%	15.517.068,87	20,53%	100,00%

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Constatamos que as Receitas Correntes participaram com **86,70%** (oitenta e seis vírgula setenta por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de **13,30%** (treze vírgula trinta por cento).

Percebe-se a partir do quadro acima que as receitas apresentaram um crescimento na ordem de **20,53%** (vinte vírgula cinquenta e três por cento).

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 09

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	11.129.212,32	83,51%	12.000.882,79	7,83%	88,83%	12.408.689,75	3,40%	81,19%
Despesa de Capital	2.198.041,27	16,49%	1.509.154,04	(31,34%)	11,17%	2.874.423,01	90,46	18,801%
TOTAL	13.327.253,59	100,00%	13.510.036,83	1,40%	100,00%	15.283.112,76	13,12%	100,00%

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Diante do demonstrado, podemos constatar que os gastos na categoria econômica Despesa de Capital aumentaram no EXERCÍCIO DE 2014 em relação aos exercícios anteriores em função dos altos investimentos feitos pela administração no exercício de 2014.

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do EXERCÍCIO DE 2014 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

A reserva de contingência foi utilizada para abertura de créditos especiais.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no EXERCÍCIO DE 2014, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2014 assim pode ser demonstrada:

Quadro 10

BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014			
INGRESSO (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	15.517.068,57	Orçamentários	15.283.112,76
Extra-orçamentários	2.923.824,81	Extra-orçamentários	3.145.448,84
SOMA	18.440.893,68	SOMA	18.428.561,60
Transferências Financeiras Recebidas	736.829,88	Transferências Financeiras Concedidas	736.829,88
Disponível no Período Anterior	1.327.009,29	Disponível para o Período Seguinte	1.339.341,37
TOTAL	20.504.732,85	TOTAL	20.504.732,85

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- Foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela Prefeitura como receita orçamentária;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais e não oficiais tais como:
 - Banco do Brasil
 - Caixa Econômica Federal
 - Banco Itaú S/A
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2014 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresentamos a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Quadro 11

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL EXERCÍCIO - 2014		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)
Janeiro	1.258.889,10	2.052.283,59
Fevereiro	1.263.863,07	1.497.906,36
Março	981.280,58	1.392.548,86
Abril	1.007.214,15	1.242.257,85
Maiο	1.159.299,84	1.307.310,98
Junho	1.161.282,97	997.910,36
Julho	1.042.037,52	1.203.219,65
Agosto	1.043.728,93	1.193.886,05
Setembro	963.745,13	950.611,45
Outubro	999.395,10	1.080.506,36
Novembro	905.528,83	1.184.518,93
Dezembro	2.577.434,65	1.414.108,43
TOTAL	14.363.699,87	15.517.068,87

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Quadro 12

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO - 2014		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Realizada (R\$)
Janeiro	983.448,23	94.424,74
Fevereiro	1.110.448,23	955.378,76
Março	1.045.448,23	1.121.654,20
Abril	1.126.948,23	1.671.755,26
Maiο	1.071.987,50	1.062.179,29
Junho	1.134.448,23	1.644.848,79
Julho	1.110.448,23	1.476.978,92
Agosto	1.234.448,23	1.049.271,94
Setembro	1.035.448,23	1.077.459,65
Outubro	1.212.428,27	1.018.115,05
Novembro	1.089.848,23	1.088.128,07
Dezembro	1.951.076,03	3.022.918,09
TOTAL	14.106.425,87	15.283.112,76

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2013 e 2014:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2013 e 2014					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)	TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Financeiro	1.553.232,36	1.572.724,33	Financeiro	2.852.066,17	2.587.042,75
Permanente	6.205.538,89	8.684.803,30	Permanente	1.264.897,32	1.334.603,01
Soma do Ativo Real	7.758.771,25	10.257.527,63	Soma do Passivo Real	4.116.963,49	3.921.645,76
Passivo Real a Desc.	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	3.641.807,76	6.335.881,87
Compensado	0,00	0,00	Compensado	0,00	0,00
TOTAL	7.758.771,25	10.257.527,63	TOTAL	7.758.771,25	10.257.527,63

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial do Município de Alto Jequitibá no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- **Caixa** – não consta valor em caixa conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2014.
- **Bancos** - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2014.
- **Devedores Diversos** - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- **Bens Móveis e Imóveis** - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2014, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatamos que está sendo mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.
- **Dívida Ativa Tributária** - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2014.

Passivo Financeiro

- **Restos a pagar de 2014** – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- **Restos a Pagar de exercícios anteriores** - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- **Depósitos** - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- **Dívida Fundada Interna** - os saldos dos financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2014.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2014, apurou-se um Ativo Real Líquido de **R\$ 6.335.881,87** (seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais, oitenta e sete centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO DE 2014			
VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária	17.529382,31	Resultantes da Execução Orçamentária	15.437.942,83
Receita Orçamentária	15.517.068,87	Despesa Orçamentária	15.283.112,76
Mutações Patrimoniais	2.012.313,44	Mutações Patrimoniais	154.830,07
Independentes da Execução Orçamentária	3.119.272,23	Independentes da Execução Orçamentária	2.516.637,60
Total das Variações Ativas	20.648.654,54	Total das Variações Passivas	17.954.580,43
Déficit	0,00	Superávit	2.694.074,11
Total Geral	20.648.654,54	Total Geral	20.648.654,54

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício de 2014, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- **Bens Móveis** - Os bens móveis incorporados por aquisição não confere com o total empenhado no elemento de despesas 44905200 – Equipamentos e Material Permanente, tendo em vista que parte das despesas são de domínio público. O total e bens móveis incorporados por aquisição no exercício de 2014 foi de **R\$ 1.454.092,35** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, noventa e dois reais, trinta e cinco centavos).
- **Bens Imóveis** – Foram incorporados bens imóveis por construção ao patrimônio do Município de Alto Jequitibá em 2014 no valor de **R\$ 287.734,89** (duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais, oitenta e nove centavos) classificados no elemento de despesa 44905100 (obras e instalações). Não foram incorporados ao patrimônio do Município todas as despesas contabilizadas no elemento de despesa 44905100, tendo em vista que parte delas refere-se a bens de domínio público.
- **Amortização de Dívida Funda Interna** - O total de baixa da amortização de dívida fundada interna, confere com o total da despesa realizada, no elemento de despesa 469071, principal contratual da dívida resgatado. O valor de amortização de dívida fundada interna no exercício de 2014 foi de **R\$ 270.486,20** (duzentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, vinte centavos).

Mutações Patrimoniais - Passivas

- **Divida Ativa Tributária** - O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica:
 - 1913.11.00 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
 - 19131300 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;
 - 19139901 – Multas e Juros de Mora Outros Tributos;
 - 19311100 – Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
 - 19311300 – Receita da Divida Ativa Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;
 - 19319901 – Receita Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal;

O total de receitas da divida ativa tributária juros e atualizações de mora recebidas no exercício de 2014 foi de **R\$ 76.830,07** (setenta e seis mil, oitocentos e trinta reais, sete centavos).

- **Alienação de Bens:** o valor das alienações de bens conferem com as baixas no setor de patrimônio. O total de alienações de bens no exercício de 2014 foi de **R\$ 78.000,00** (setenta e oito mil reais).

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- **Bens Móveis** – Foram incorporados ao Patrimônio bens móveis por doação e verificação no valor de **R\$ 1.050.069,10** (um milhão, cinquenta mil, sessenta e nove reais, dez centavos) no exercício de 2014.
- **Almoxarifado** - O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado. O total de incorporações e almoxarifado no exercício de 2014 foi de **R\$ 1.105.582,67** (um milhão, cento e cinco mil, quinhentos e oitenta e dois reais, sessenta e sete centavos).
- **Transferências Financeiras** - as transferências financeiras recebidas conferem com os repasses efetuados pela Prefeitura para a Câmara Municipal no valor de **R\$ 731.321,88** (setecentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e um reais, oitenta e oito centavos) e o valor recebido pela Prefeitura devolvido pelo Poder Legislativo foi de **R\$ 5.508,00** (cinco mil, quinhentos e oito reais)
- **Inscrição da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária:** foram inscritos na dívida ativa tributária no exercício de 2014 o valor de **R\$ 136.389,11** (cento e trinta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais, onze centavos) e na dívida ativa não tributária o montante de **R\$ 59,87** (cinquenta e nove reais, oitenta e sete centavos).

- **Reavaliação de Bens** - foram reavaliados bens móveis no exercício de 2014 no montante de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais).
- **Cancelamento de Dívidas Passivas** - foram cancelados restos a pagar dos exercícios de 2008 por prescrição no valor de **R\$ 24.074,61** (vinte e quatro mil, setenta e quatro reais, sessenta e um centavos). Nos exercícios de 2009 a 2013 foram cancelados restos a pagar não processados valor de **R\$ 26.484,67** (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, sessenta e sete centavos).

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- **Bens Móveis** – Os bens móveis foram depreciados em **R\$ 94.241,00** (noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais).
- **Almoxarifado** - o valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado. O total de baixas no almoxarifado do Poder Executivo e Legislativo no exercício de 2014 foram de **R\$ 1.115.152,76** (um milhão, cento e quinze mil, cento e cinquenta e dois reais, setenta e seis centavos).
- **Dívida Fundada Interna** – o valor da encampação de dívida passiva refere-se à inscrição de precatório no valor de **R\$ 340.191,89** (trezentos e quarenta mil, cento e noventa e um reais, oitenta e nove centavos).
- **Transferências Financeiras Concedidas** – As transferências financeiras concedidas a Câmara Municipal pela Prefeitura foi no valor de **R\$ 731.321,88** (setecentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e um reais, oitenta e oito centavos). As transferências financeiras devolvidas a Prefeitura pela Câmara Municipal foi de **R\$ 5.508,00** (cinco mil, quinhentos e oito reais).
- **Cancelamento de Dívidas Ativas** – foram canceladas o valor de **R\$ 230.222,07** (duzentos e trinta mil, duzentos e vinte e dois reais, sete centavos) relativos a dívida ativa tributária dos exercícios de 2007 e 2008;

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2014, apurou-se um superávit de **R\$ 2.694.074,11** (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e quatro reais, onze centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos						
INSS P.M.	634.924,22	0,00	0,00	106.837,47	0,00	528.086,75
IPSEMG P.M.	81.054,12	0,00	0,00	0,00	0,00	81.054,12
COPASA	312.742,20	0,00	0,00	27.741,00	0,00	286.001,20
CONTRATO Nº. 145.510/10 BDN PROVIAS (OPERAÇÕES DE CRÉDITO)	22.312,50	0,00	0,00	22.312,00	0,00	0,50
CONTRATO Nº.145.511/09340.150/09 BDMG CAMINHO DA ESCOLA (OPERAÇÃO DE CRÉDITO)	128.844,61	0,00	0,00	72.153,06	0,00	56.691,55
Ministério do Turismo	85.019,67	0,00	0,00	42.442,67	0,00	42.577,00
Precatório Helcias da Silva Pinto	0,00	340.191,89	0,00	0,00	0,00	340.191,89
Total Geral	1.264.897,32	340.191,89	0,00	270.486,20	0,00	1.334.603,01

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 46.90.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.
- Os parcelamentos de débito firmado com INSS, IPSEMG, COPASA e BDMG (PROVIAS e Caminho da Escola), contraídos, conferem com o valor da emissão da dívida apresentada na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

6.4. Limites da Dívida

Quadro 16

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (I)	1.264.897,32	1.334.603,01
Receita Corrente Líquida (II)	12.171.166,71	13.453.299,30
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (I / II)	0,10	9,92
Limite de máximo de endividamento em 2014		16.143.959,16

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

No exercício de 2013 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no

exercício de 2014, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar Processados de 2008	24.074,61	0,00	0,00	0,00	24.074,61	0,00
Restos a Pagar Processados de 2009	27.135,28	0,00	0,00	3.912,25	0,00	23.223,03
Restos a Pagar não Processados de 2009	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00
Restos a Pagar Processados de 2010	68.062,19	0,00	0,00	23.890,10	0,00	44.172,09
Restos a pagar não Processados de 2010	67,00	0,00	0,00	0,00	367,00	0,00
Restos a pagar Processados de 2011	37.830,48	0,00	0,00	22.092,06	0,00	15.738,42
Restos a Pagar não Processados de 2011	2.702,00	0,00	0,00	1.800,00	902,00	0,00
Restos a Pagar Processados de 2012	377.384,19	0,00	0,00	108.600,96	0,00	268.783,22
Restos a Pagar não Processados de 2012	32.909,67	0,00	0,00	324,00	24.325,67	5.160,00
Restos a pagar Processados de 2013	1.938.775,63	0,00	0,00	1.622.316,88	0,00	316.458,75
Restos a pagar não Processados de 2013	110.221,99	0,00	0,00	105.767,83	90,00	4.363,86
Restos a pagar Processados de 2014	0,00	1.574.048,99	0,00	0,00	0,00	1.574.048,99
Restos a pagar não Processados de 2014	0,00	3.980,73	0,00	0,00	0,00	3.980,73
Restos a pagar não Processados de 2008 C.M.	204,06	0,00	0,00	0,00	0,00	204,06
Restos a pagar Processados de 2005 C.M.	175,80	0,00	0,00	0,00	0,00	175,80
Restos a pagar não Processados de 2005 C.M.	682,55	0,00	0,00	0,00	0,00	682,55
Restos a pagar Processados de 2006 C.M.	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Restos a pagar não Processados de 2007 C.M.	106,11	0,00	0,00	0,00	0,00	106,11
Restos a pagar Processados de 2003 C.M.	5,21	0,00	0,00	0,00	0,00	5,21
Restos a pagar não Processados de 2013 C.M.	10.650,00	0,00	0,00	10.650,00	0,00	0,00
Restos a pagar não Processados de 2014 C.M.	0,00	86.699,72	0,00	0,00	0,00	86.689,72
INSS Conta Recolhimento	175.903,97	558.537,30	0,00	533.533,47	0,00	200.907,80
Seguro de Vida BEMGE	14.506,88	0,00	0,00	0,00	0,00	14.506,88
Seguro Coletivo	51,10	0,00	0,00	0,00	0,00	51,10
Pecúlio	23,12	0,00	0,00	0,00	0,00	23,12
IPSEMG Recolhimento	0,00	8,03	0,00	0,00	0,00	8,03
Desconto de Crédito Indevido	2.632,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.632,41
Convênio Secretaria de Desportos	4.478,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4.478,98
Abono PASEP	29,57	0,00	0,00	0,00	0,00	29,57
Receitas a Regularizar	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00

UNSP - União Nacional de Servidores Públicos	208,52	20.206,78	0,00	20.206,78	0,00	208,52
Desconto SEST/SENAT Transportador	466,76	0,00	0,00	0,00	0,00	466,76
Despesas a Regularizar	106,10	0,00	0,00	0,00	0,00	106,10
Salário de Servidores a Regularizar	228,08	0,00	0,00	0,00	0,00	228,08
Cheque Estornado	4.419,01	0,00	0,00	2.077,00	0,00	2342,01
Desconto Seguro de Vida Itaú	2.832,39	0,00	0,00	0,00	0,00	2.832,39
Desconto para Crédito da P.M.A.J.	132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132,00
Devolução de Pagamento não Liquidados	1.000,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,44
Despesas a Regularizar Infração de Trânsito	127,69	0,00	0,00	0,00	0,00	127,69
Desconto de Empréstimo Bradesco	808,53	58.977,28	0,00	59.559,58	0,00	226,23
Depósito em Calção Construção de Quadra	2.512,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.512,97
Depósito em Calção Pavimentação	3.013,83	12.047,43	0,00	15.061,26	0,00	0,00
Depósito em Calção Ind. e Comércio Andrade Mozer	0,00	15.061,26	0,00	15.061,26	0,00	0,00
INSS C.M.	1.726,73	43.799,22	0,00	40.228,80	0,00	5.297,15
IPSEMG Câmara	1628,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.628,79
I.R.R.F. Câmara	0,00	361,35	0,00	0,00	0,00	361,35
Cheque em Trânsito	2.521,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2521,44
Receitas a Regularizar ITAU	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40
Total Geral	2.852.066,17	2.373.718,09	0,00	2.588.182,23	50.559,28	2.587.042,75

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar e Depósitos) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e os valores se encontram devidamente demonstrados.

6.6- Demonstração de Devedores Diversos

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
P.M. – BANCO ITAU EMPRESTIMO SERVIDORES	2.355,63	281.308,41	0,00	282.272,22	0,00	1.391,82
C. M.– CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.335,44	66.077,19	0,00	64.383,34	0,00	3.029,29
P.M – CAIXA ECONÔMICA EMPRÉSTIMOS	11.440,27	182.257,73	0,00	182.258,73	0,00	11.439,27
C.M. – DESCONTO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	32,58	0,00	0,00	0,00	0,00	32,58
P.M. – DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P.M. – DESPESA A REGULARIZAR COPASA	1.229,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229,34
P.M. – DESPESAS A REGULARIZAR FOLHA	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
P.M. – DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO EM RESTOS A PAGAR	137.306,64	0,00	0,00	0,00	0,00	137.306,64
P.M. – DESPESAS NÃO CONSTANTES EM RESTOS A PAGAR	3.200,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200,54
P.M. – DÉBITOS A REGULARIZAR BANCO DO BRASIL	5.885,72	3.600,00	0,00	0,00	0,00	9.485,72

P.M. INSS A COMPENSAR	9.944,49	1.952,65	0,00	0,00	0,00	11.897,14
P.M. – OUTRAS DESPESAS DE 1998 DO LEGISLATIVO	879,79	0,00	0,00	0,00	0,00	879,79
OUTROS DESCONTOS DO LEGISLATIVO	66,09	0,00	0,00	0,00	0,00	66,09
P.M. – PENSÃO ALIMENTÍCIA	514,92	5.397,84	0,00	5.397,84	0,00	514,92
C.M. – REPASSE DE VERBA DO LEGISLATIVO DE 2004	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
P.M – RETENÇÃO DE 11% INSS AUTÔNOMOS	373,35	0,00	0,00	0,00	0,00	373,35
P.M. - SLÁRIO FAMÍLIA	1.926,74	11.688,51	0,00	11.164,62	0,00	2.450,63
P.M. – SALÁRIO MATERNIDADE	11.742,91	4.984,28	0,00	4.629,97	0,00	12.097,22
P.M.- VALORES A RECEBER EXERCÍCIO DO LEGISLATIVO	22.564,39	0,00	0,00	0,00	0,00	22.564,39
P.M. – VALORES A RECEBER DE 1996 DO LEGISLATIVO	15.404,23	0,00	0,00	0,00	0,00	15.404,23
TOTAL GERAL	226.223,07	557.266,61	0,00	550.106,72	0,00	233.382,96

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2014 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

6.8.1 - Índice de Pronta Liquidez

Quadro 19

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2013	2014
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.327.009,29	1.339.341,37
Passivo Financeiro (B)	2.852.066,17	2.587.042,75
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	0,47	0,52

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

No Índice de Pronta Liquidez indica que para cada **R\$1,00** de dívida em curto prazo de 2014, a Prefeitura e Câmara possuem disponível em Caixa e Bancos **R\$ 0,52** (cinquenta e dois centavos).

6.8.2 - Índice de Liquidez Corrente

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Financeiro (A)	1.553.232,36	1.572.724,33
Passivo Financeiro (B)	2.852.066,17	2.587.042,75
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,54	0,61

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

No Índice de Liquidez Corrente indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro de 2014, a Prefeitura e a Câmara possuem disponível **R\$ 0,61** (sessenta e um centavos).

6.8.3 - Índice de Liquidez Real

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Real (A)	7.758.771,25	10.257.527,63
Passivo Real (B)	4.116.963,49	3.921.645,76
Índice de Liquidez Real (A/B)	1,88	2,62

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

No Índice de Liquidez Real indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2014, a Prefeitura e a Câmara possuem de **R\$ 2,62** (dois reais e sessenta e dois centavos) de ativo real.

Analisando os índices de liquidez imediata e corrente aumentaram no exercício de 2014, o que demonstra que o Município de Alto Jequitibá está buscando o equilíbrio das contas públicas.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Não houve operações de crédito no exercício de 2014, apenas amortizações e pagamentos de juros de operações já contraídas em exercícios anteriores conforme demonstrações abaixo:

Quadro 22

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2014		
TÍTULOS	(R\$)	
Receita Corrente Líquida (A)	13.453.299,30	
Operações de Crédito realizadas em 2014 (B)	0,00	
Despesas de Capital realizadas em 2014 (C)	2.874.423,01	
Total amortizações, juros e encargos da Dívida Consolidada realizada em 2014 (D)	279.075,50	
TÍTULOS	Limite Máximo	Realizado
Realização de Operações de Crédito quanto à RCL $[(B / A) * 100]$	16,0 %	0,00
Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida $[(D / A) * 100]$	11,5 %	2,07
Realização de Operações de Crédito em relação à Despesa de Capital $[(B / C) * 100]$, exceto Operações de Crédito realizadas de acordo com art. 167, III da CF.	100%	0,00

Obs.: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

- O valor de amortização de dívida contrata no exercício de 2014 foi de **R\$ 270.486,20** (duzentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, vinte centavos), sendo que o valor de **R\$ 94.465,06** (noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais, seis centavos) refere-se a amortização de operações de crédito do caminho escola e PROVIAS. O valor de **R\$ 176.030,14** (cento e setenta e seis mil, trinta reais, quatorze centavos) refere-se a amortização de parcelamento com INSS, COPASA e Ministério do Turismo.
- O pagamento de juros no valor de **R\$ 8.589,30** (oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais, trinta centavos), refere-se a amortização de operações de créditos do Caminho Escola e PROVIAS.

O saldo da dívida fundada incluindo operações de créditos realizadas em exercícios anteriores do exercício de 2014 foi de **R\$ 1.334.603,01** (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e três reais, um centavos), representando **0,09** (zero vírgula zero nove) sobre a receita corrente líquida. Nota-se que a dívida fundada do Município está bem abaixo ao que determina a resolução 43/01 do Senado Federal.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

Quadro 23

Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados no Exercício de 2014		
Órgão	Descrição	Valor
Poder Executivo	Restos a Pagar processados	1.574.048,99
Poder Executivo	Restos a Pagar não Processados	3.980,73
Poder Legislativo	Restos a pagar Processados	0,00
Poder Legislativo	Restos a pagar não processados	86.689,72
Total de Restos a Pagar		1.664.719,44

Quadro 24

Inscrição de Restos a Pagar no Exercício de 2014 e Respectiva Disponibilidade Financeira				
Órgão	Descrição	Valor (A)	Disponibilidade Financeira (B)	Diferença (B-A)
Poder Executivo	Restos a Pagar Vinculados	1.578.029,72	9.728,21	(1568.301,51)
Poder Legislativo	Restos a pagar não vinculados	86.689,72	78.799,32	(7.890,40)
Total de Restos a Pagar		1.664.719,44	88.527,53	(1.576.191,91)

- **Prefeitura**

Quanto aos restos a pagar inscritos do exercício de 2014 foram inscritos no valor de **R\$ 1.578.029,72** (um milhão, quinhentos e setenta e oito mil, vinte e nove reais, setenta e dois centavos), refere-se aos restos a Pagar do Poder Executivo, sendo o valor de **R\$ 1.574.048,99** (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, quarenta e oito reais, noventa e nove centavos) em restos a pagar processados e o valor de **R\$ 3.980,73** (três mil, novecentos e oitenta reais, setenta e três centavos) em restos a pagar não processados. O valor inscrito em restos a pagar sem disponibilidades financeiras foi de **R\$ 1.568.301,51** (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e um reais, cinquenta e um centavos) contrariando ao art. 42 da lei complementar 101/00.

- **Câmara Municipal**

Foram inscritos em restos a pagar da Câmara Municipal de Alto Jequitibá o valor de **R\$ 86.689,72** (oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais, setenta e dois centavos) sendo todo ele restos a pagar não processados. As inscrições de restos a pagar da Câmara Municipal de Alto Jequitibá inscrito sem disponibilidades financeiras foram de **R\$ 7.890,40** (sete mil, oitocentos e noventa reais, quarenta centavos).

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 25

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	13.453.299,30	-
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	7.099.257,50	52,77%
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	6.592.138,35	49,00%
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	507.119,15	3,77%

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo ficaram abaixo do limite de **6%** (seis por cento), atingindo um percentual de **3,77%** (três vírgula setenta e sete por cento). Os gastos com pessoal do Poder Executivo ficou abaixo de **54%** (cinquenta e quatro por cento), atingindo um percentual de **49%** (quarenta e nove por cento). Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

10.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

Quadro 26

Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental Exercício de 2014	
Títulos	Valor
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	11.081.027,54
Gastos com Ensino Infantil e Fundamental (B)	3.090.160,94
Percentual Aplicado no Ensino Infantil e Fundamental (C)=(B/A) *100%	27,88%
Exclusão de despesas do ensino inscritas em restos a pagar de 2014 sem disponibilidades financeiras (D)	157.816,19
Gastos com Ensino Infantil e Fundamental Deduzidos as Inscrições de Restos a Pagar sem disponibilidades financeiras (E)	2.932.344,75
Percentual Aplicado no Ensino Infantil e Fundamental Deduzidos dos Restos a Pagar Inscritos sem Disponibilidades Financeiras (F)=(E/A*100)	26,46%

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº. 9.394/1996, atingindo um percentual de **27,88%** (vinte e sete vírgula oitenta e oito por cento).

Foram excluídos da aplicação no ensino o valor de **R\$ 157.816,19** (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais, dezenove centavos) relativo a inscrição em restos a pagar sem a respectiva disponibilidade financeira. O percentual aplicado no ensino após a exclusão de restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira foi de **26,46%** (vinte e seis vírgula quarenta e seis cento).

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Quadro 27

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras e saldo bancário) (A)	1.603.319,87
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	1.603.319,87
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (C)	1.501.846,88
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (C/A) * 100%	93,67

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 atingindo um percentual de **93,67%** (noventa e três vírgula sessenta e sete por cento) sobre as receitas arrecadadas do FUNDEB no exercício de 2014.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2014 foram integralmente aplicados não restando saldo financeiro para o exercício de 2015.

Conforme determina o parágrafo único, do art. 27, da Lei 11.494/2007, a prestação de contas está instruída com o parecer conclusivo do conselho acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB.

10.3. Ensino Médio

O Município atuou prioritariamente no ensino infantil, ensino fundamental e ensino especial, mas atuou também no ensino médio aplicando o montante de **R\$ 110.376,64** (cento e dez mil, trezentos e setenta e seis reais, sessenta e quatro centavos).

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Lei Complementar 141/2012 definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Quadro 28

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	11.081.027,54	
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	2.580.026,37	23,28%
Exclusão de Restos a Pagar Inscritos sem Disponibilidades Financeiras (C)	233.514,38	2,11%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com Recursos Próprios Excluídos Restos a Pagar sem Disponibilidades Financeiras (D)= (B-C)	2.346.511,99	21,18%

No exercício de 2014 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais de 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal, atingindo um percentual de **23,28%** (vinte e três vírgula vinte e nove por cento).

Foi excluído da aplicação na saúde o valor de **R\$ 233.514,38** (duzentos e trinta três mil, quinhentos e quatorze reais, trinta e oito centavos) relativo a inscrição em restos a pagar sem disponibilidade financeira. O percentual líquido aplicado na saúde foi de **R\$ 21,18%** (vinte e um vírgula dezoito por cento), atendo perfeitamente a Lei Complementar 141/2012.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 29

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2014		
HISTORICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	15.768,98	0,00
Rendimento de aplicações financeiras	1.242,79	0,00
01 Veiculo Montana - Secretaria Municipal de Obras	11.000,00	0,00
01 Veiculo Pesada 4100 - Secretaria Municipal de Obras	8.500,00	0,00
01 Veiculo Pesado 4200 - Secretaria Municipal de Obras	15.000,00	0,00
01 Eixo da Carreta - Secretaria Municipal de Obras	500,00	0,00
01 Veiculo Doblo Rontan - Secretaria Municipal de Saúde	10.000,00	0,00
01 Veiculo Doblo ELX - Secretaria Municipal de Saúde	11.000,00	0,00
01 Motocicleta Factor YBR - Secretaria Municipal de Educação	2.000,00	0,00
01 Plaina Traseira Hidráulica - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	7.000,00	0,00
01 Veiculo Gol Secretaria Municipal de Assistência Social	13.000,00	0,00
Totais	95.011,77	0,00
Saldo para o exercício seguinte		95.011,77

Nota: neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Os recursos arrecadados no exercício financeiro de 2014, encontram-se disponíveis para serem aplicados no exercício de 2015 conforme determina o art. 44 da LRF.

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 30

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2014				
Receita Tributária, Constitucionais, Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2013.	Transferências da Dívida Ativa	Limite Máximo de Repasses 7% das receitas arrecadadas em 2013, conforme primeira coluna.	Repasses Realizados	
R\$ 10.447.455,67		R\$ 731.321,90	R\$731.321,88	

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram o disposto no Art. 29-A da Constituição Federal. O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

O total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2013, totalizaram **R\$ 10.447.455,67** (dez milhões e quatrocentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) enquanto os repasses previstos ao Poder Legislativo no exercício de 2014 totalizaram o valor de **R\$ 731.321,90** (setecentos e trinta e um mil e trezentos e vinte e um reais e noventa centavos). foi repassado ao Poder Legislativo no exercício de 2014 o montante **R\$ 731.321,88** (setecentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e um reais, oitenta e oito centavos) estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na LOA.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

Quadro 31

ENTIDADE	OBJETO	VALOR REPASSADO	VALOR APLICADO
ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS	Contribuição a Associação Mineira de Municípios para Apoio aos Municípios.	6.720,00	6.720,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	Transferência de Verba ao fundo Estadual de Farmácia Básica para aquisição de medicamentos.	15.106,92	15.106,92
ASSOCIAÇÃO DA GUARDA MIRIM DE MANHUMIRIM	Transferência de Verba a Associação da Guarda Mirim para incentivo ao desenvolvimento do Trabalho do Menor.	10.630,70	10.630,70

ASSOCIAÇÃO DE PAIS A AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE MANHUMIRIM (APAE)	Subvencionar a referida associação para assistência Educacional aos deficientes de Alto Jequitibá	28.428,06	28.428,06
ASSOCIAÇÃO AO CLUBE DA TERCEIRA IDADE DE ALTO JEQUITIBÁ	Subvencionar a Referida entidade para assistência física, psicológica e social aos Idosos.	36.000,00	36.000,00
EMATER	Transferência de Verba a EMATER para apoio ao Pequeno Produtor.	58.330,14	58.330,14
AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO DO PICO DA BANDEIRA	Contribuição para desenvolvimento do turismo no Município.	5.400,00	5.400,00
TOTAL GERAL		160.615,82	160.615,82

Os valores repassados a título de transferências de recursos públicos a entidades de direito privado no exercício de 2013 foram autorizados por Lei Municipal nº 1.081 de 20 de dezembro 2013 e o valor total autorizado foi de **R\$ 212.168,76** (duzentos e doze mil, cento e sessenta e oito reais, setenta e seis centavos) e o valor efetivamente transferido foi de **R\$ 160.615,82** (cento e sessenta mil, seiscentos e quinze reais, oitenta e dois centavos).

Todas as transferências realizadas obedeceram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite das dotações consignadas no orçamento e respectivos créditos adicionais autorizados, além das exigências na lei autorizativa, em especial:

- que atendesse direto ao público, de forma gratuita;
- não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, e prestasse contas dos recursos recebidos em 2013;
- apresentasse declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2013 por autoridade local;
- comprovasse a regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões negativas de débitos;
- comprovasse a regularidade do mandato de sua diretoria;
- ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- apresentasse o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- existência de recursos orçamentários e financeiros;
- celebrasse o respectivo convênio.

As entidades conveniadas já apresentaram suas prestações de contas para poderem receber novos recursos no exercício de 2014.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

Não houve danos causados ao erário no exercício de 2014

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

Quadro 32

NOME DO CONSÓRCIO PÚBLICO	LEI AUTORIZATIVA	VALOR REPASSADO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO DO ORÇAMENTO
CIS-VERDE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	951 de 21/11/2009	19.800,00	0,14%

17. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social

Quadro 33

MÊS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS A PAGAR AO INSS (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS PAGAS (R\$)
JANEIRO	112.843,51	0,00
FEVEREIRO	110.667,44	112.843,51
MARÇO	104.501,73	42.839,39
ABRIL	100.571,76	114.660,26
MAIO	96.076,57	106.734,74
JUNHO	124.078,32	94.545,05
JULHO	118.290,61	103.179,89
AGOSTO	116.174,14	92.530,99
SETEMBRO	119.760,20	93.146,08
OUTUBRO	115.383,13	112.189,00
NOVEMBRO	121.764,47	145.659,13
DEZEMBRO	102.740,48	168.586,82
TOTAL	1.342.852,36	1.186.914,86

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Prefeitura e Câmara.

18 - Cumprimento por Parte dos Representantes dos Órgãos e Entidades nos Termos do Parágrafo Único do Art. 4º e Caput do Art. 5º da Instrução Normativa nº. 10 de 14 de Dezembro de 2011.

Declaramos para os devidos fins que a Prefeitura e a Câmara Municipal de alto Jequitibá cumpriu rigorosamente os prazos previstos no parágrafo único do art. 4º e art. 5º da Instrução Normativa nº 10 de 14 dezembro de 2011 encaminhando os seguintes arquivos:

1. Lei Orçamentária anual;
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias;
3. lei do Plano Plurianual e suas alterações;
4. As remessas mensais relativas a execução orçamentária.

19. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº. 003 de 14 de dezembro de 2014 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do EXERCÍCIO DE 2014.

Trabalhamos de forma integrada junto ao controle interno do Poder Legislativo e acompanhamos de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que todas as recomendações e determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluímos que os mesmos estão

devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração de Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2014, referente ao exercício findo naquela data, de

acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Alto Jequitibá – MG, 27 de janeiro de 2014.

Márcia Maria Quirino Correa
Presidente do Controle Interno
CPF: 914.774.766-87

Sandra Helena Sathler
Membro do Controle Interno
CPF: 045.766.496-71

Marcelo Roza Nazareth Caetano
Membro do Controle Interno
CPF: 053.868.426-46